

TRABALHO E PODER: RELAÇÕES DE TRABALHO NA FAZENDA DO POÇO - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 1930-1950.

**Luciano Maciel Galvão de França¹, orientadora: Maria José Acedo Del Olmo²,
co – orientador: Antônio Carlos Oliveira da Silva³**

¹ Univap Faculdade de Educação/ , Rua Tertuliano Delphim Jr. 181, lucianomaciagalvao@hotmail.com

² Univap Faculdade de Educação/ Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica , Rua Tertuliano Delphim Jr. 181, mj.acedo@yahoo.com.Br

³ Fundação Cultural Cassiano Ricardo/ DPH, Av. Olivo Gomes 100, antocos72@itelefonica.com.br

Resumo - O trabalho busca compreender as relações sociais de trabalho e produção num "complexo" econômico. Trata-se do Complexo da fábrica Tecelagem Parahyba , que contém tanto uma área industrial quanto uma área rural. O espaço da produção é conhecido atualmente por Fazendinha onde antes recebera o nome de Fazenda do Poço. Procuraremos entender e analisar as condições de trabalho e de vida nas fazendas. Tenta-se, através da pesquisa, reunir e organizar fontes ligadas à memória dos antigos trabalhadores da fazenda, enfocando a questão da organização política da classe, afligida pela intervenção de Vargas, o conflito de uma nova cultura imposta que substituiu uma tradicional. Quais são suas formas de recepção e de resistência .

Palavras-chave: História, relações de trabalho, tradição e cultura, memória e sindicalismo.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Na área conhecida como Fazendinha onde se situam hoje os prédios da Faculdade de Engenharia da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, temos informações de que, antigamente nestas terras, existiam fazendas que pertenciam ao complexo Tecelagem, cujo dono era Olivo Gomes, diretor - geral da Tecelagem Parahyba. Ele as teria adquirido no ano de 1936, quando a Tecelagem Parahyba começava a diversificar a sua produção investindo na agricultura. A fazenda recebia o nome de Fazenda do Poço, onde primeiramente plantava-se arroz, café e criava-se gado (1928). Em 1960 aproximadamente a fazenda fixou a sua produção somente em gado leiteiro e a plantação se baseava em milho para servir de ração ao gado. Os trabalhadores podiam usar o leite tirado, para a Tecelagem Parahyba, possibilitando a fabricação de queijo para si e a venda por conta própria. Também podiam plantar no terreno cedido a eles pela empresa enquanto trabalhadores desta, ou até mesmo criar porco ou galinhas para completar a dieta alimentar da família; essa possibilidade era, entretanto, limitada já que o pedaço de terra pertencente a eles era muito pequeno, porém, podiam plantar para si, também, entre as plantações além de seus terrenos.

Tecelagem Parahyba, foi pioneira em muitos aspectos. Seus administradores registravam os seus empregados, mesmo antes da criação do Ministério do Trabalho. O complexo tinha

armazéns cujos produtos eram vendidos para os seus empregados, a um custo mais baixo. Ela também possuía sua própria marca de café “Café Rio Abaixo” que é o nome de outra fazenda próxima à “Fazendinha”, a fazenda “Sant’ Anna do Rio Abaixo”. O seu leite era vendido sob o nome de “Leite Paraíba”, que chegou a produzir 300.000 mil litros de leite mensais (O cruzeiro XXXIX nº59 11/11/1967), mas, que vendeu suas dependências por volta da década de 90. Mas, por quê? Aí entra a teoria do complexo agro-industrial, em que suas produções e capital se relacionavam, tendo uma que “amparar” a outra. Pois afinal de contas, como uma empresa que produz 300.000 mil litros de leite mensais, e que detém o monopólio da produção no país poderia encerrar suas produções senão para sanar as dívidas dos outros?

Existia na Fazenda do Poço, um cinema cujo prédio continua preservado, onde atualmente fica a biblioteca da Engenharia. Todos os finais de semana um caminhão pegava todos os trabalhadores das fazendas da Tecelagem Parahyba, e os levava para o cinema. Uma amostra da ideologia paternalista baseada no taylorismo e fordismo, que tinham por intuito oferecer ao trabalhador todo o necessário para que este não precisasse sair, desde o acesso aos meios básicos (mercados com produtos da própria empresa), também o lazer (cinema) e a educação onde os filhos dos operários freqüentavam as

escolas de São José dos Campos mantidas pela Tecelagem Parahyba.

Olivo Gomes é como podemos dizer, parte do nosso objeto de estudo, pois, foi ele quem guinou a produção da Tecelagem, produzindo capital suficiente para investir na agricultura, um antigo sonho seu. No meio rural ele introduziu técnicas pioneiras no Brasil, como a inseminação artificial (67-8). E foi responsável pela crescente migração de trabalhadores rurais de municípios vizinhos, como Monteiro Lobato, vindos para trabalhar nas fazendas que ele administrava. Nesta fazenda os trabalhadores se viram submetidos a um novo tipo de relação de trabalho, a sujeição ao salário, quando antes era a terra. Esta forma de relação trabalhista, não é o tradicional para esta classe trabalhadora, com a sua introdução modifica-se a sua cultura tradicional, impondo uma re-significação na conduta de vida de seus trabalhadores.

Qual o motivo da adoção desta relação trabalhista? Uma das alternativas para esta questão seria a de que Olivo Gomes estaria mais familiarizado com este sistema de trabalho. É dentro destas condutas, deste empresário, que o nosso trabalho toma forma. São formas de se dirigir ao empregado que mostram a face e a ideologia dos industriais da época, no que diz respeito aos seus interesses.

A família Gomes ficou reconhecida por comprar fazendas de proprietários que não pagavam os seus impostos. A família comprava as terras assumindo as dívidas do antigo proprietário, pagando assim mais barato. Com isso foi formando vários conglomerados de terras.

Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas, principalmente fontes primárias, como: testemunhos de antigos trabalhadores das fazendas e dos sindicatos, e pessoas que moraram nas imediações, ou ainda, que possuam qualquer memória sobre o assunto. Fichas de funcionários tanto da indústria quanto das fazendas; acesso cedido pela Cooperativa instalada na antiga Tecelagem Parahyba.

Para os conceitos básicos do trabalho tivemos como base, para o contexto histórico sobre a ideologia política dos industriais da época: Margareth Rago: *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*; Zélia Lopes da Silva: *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30* e M. Antonieta M. Antonacci, *A vitória da razão - o Idort e a Sociedade Paulista*. Para o trabalho com as fontes, utilizamos artigos, principalmente sobre Alessandro Portelli e para interação com o ambiente rural Maria I.

P. de Queiroz : *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*; José de Souza Martins: *O cativo da terra* e Projeto História nº19: *Campo/Cidade*



Figura 1- Vila operária das fazendas. Acervo Arquivo da Fundação Cultural

Discussão

Pretendemos buscar, através do levantamento histórico da área conhecida hoje, como Fazendinha, localizada dentro da Univap - Campus Urbanova; compreender a situação do trabalho rural no que concerne à sua cultura tradicional de trabalho (arrendamento), que sofre uma modificação imposta por um novo modelo de relação trabalhista (assalariado).

Este trabalho se insere num processo, cujo foco central será a postura empreendedora do empresário Olivo Gomes frente aos seus trabalhadores, as diferentes formas de acolhimento destas posturas e como eram as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores; já que, em sua grande maioria, os trabalhadores rurais moravam no espaço da produção e da propriedade de seu contratante.

“não... Eu nunca fiz isso. Uma vez o pessoal tava fazendo aí na mangueira, tava querendo fazer isso aí. Mas não dianta. Não era da minha parte, a minha parte é roça. Eu nunca fiz contra o patrão...” (LOURENÇO CLAROS MARTINS, ex-trabalhador de lavoura da Tecelagem, 2008).

Vejam como este trabalhador se refere à divisão de trabalho em seu meio, mangureira e lavoura, isto reflete o desconhecimento desta nova divisão social que lhe é imposta, na verdade só existe uma definição de classe para estas modalidades de trabalho, o trabalhador rural, ou operariado rural, como vem sendo chamado devido ao assalariamento do trabalhador rural.

"A 'origem rural' do proletariado, e sua ação guiada pelo 'ideal de ascensão social' seriam fatores que explicariam sua fraqueza e atraso". (ANTUNES, 1982, p.11) Usando E.P.Thompson como respaldo teórico, afirmo que a questão da consciência de classe deve ser vista como uma questão de desenvolvimento cultural, uma idéia bem evolucionista, que surge imposta e que se desenvolve de acordo com a sua forma de relação com a sociedade, portanto, é impensável numa consciência de classe neste caso; ainda era uma idéia nova para eles, uma relação estranha, seria preciso tempo para que aceitassem a sua situação e se familiarizassem com essa nova relação.

O operário rural sofreu uma modificação na hierarquia de seus antigos laços de trabalho. Antes tínhamos: o trabalhador rural, que se configurava na história como arrendatário, e tínhamos o proprietário das terras, o arrendador, que, através de suas terras, gerava uma relação de trabalho com aquele. Esta relação de trabalho se nutre; podemos considerá-la assim, de forma direta, "você e ele"; não existem intermediários. Mas quando este trabalhador rural se vê submetido ao capital, é obrigado a configurar esta relação, pois, o capital se configura como a troca necessária para a reprodução do seu trabalho para o patrão; e não mais a terra. Então ele deixará de produzir para si, e passará a produzir de forma integral para este patrão.

Só que esta cultura não pode ser totalmente mudada, pois se assim o for, não haverá somente adaptações ou resistência de cultura, mas resistência de trabalho. Ao submeter o trabalhador ao capital, configura-se toda uma nova gama de hierarquias a serem desenvolvidas e respeitadas. Podemos agora nomeá-las: o salário, o encarregado, o administrador, o sindicato, o administrador geral, e num grau mais longínquo, praticamente fora do alcance do trabalhador, o patrão.

Conclusão

Entender como se encarava a situação do operário, no início da atividade industrial na região, e o seu vínculo com uma das maiores indústrias da época (1925-1992), são pontos importantes desta pesquisa. Podemos perceber uma relação de paternalismo (práticas taylorista, fordistas e racionalizadoras) entre o diretor geral da Tecelagem Parahyba, Olivo Gomes e seus

empregados, situação esta característica da década de 30, em que a disputa entre trabalhadores e burguesia industrial/Estado se intensifica. O patronato propõe uma reestruturação do processo de trabalho a partir de pressupostos que passam por medidas racionalizadoras e que implicam na ampliação do esquadramento do espaço urbano no sentido do saneamento físico e social, impondo uma nova modalidade de vida baseada no modo de vida burguesa. Estas novas condutas envolvem a política de manter o trabalhador sempre próximo ao local da produção para tanto oferece todo o necessário (até mesmo a legislação trabalhista que é usada como doada à massa trabalhadora), todas estas práticas, criam certo sentimento de gratidão e dívida para com o patronato, quando na verdade essas concessões eram formas de cooptação e tentativa de aproximação empregado/patrão, sob a falsa idéia da ajuda entre as classes, tudo atentando para o fato de evitar organizações e reclamações, quanto à sua situação.

Todas estas práticas tinham por meta reduzir o campo de ação do trabalhador, onde ele ficaria restrito aos limites da fábrica, "protegidos" do mundo lá fora, contaminada por ideais estranhos aos da nação brasileira.

Burguesia Industrial e Estado, se uniram com um objetivo em comum: lutar por uma sociedade sem classes, redefinindo os padrões sociais, a partir de uma data inicial de idos de 1918, com o discurso de Roberto Simonsen. Mas a data mais importante neste embate, se dá em torno de 1932, onde podemos então distinguir vencedores e vencidos, e, a partir, de então, mudanças na participação de cada classe no contexto decisório da nação. (Rago, 1985) devido à derrota dos partidos sindicais autônomos que representavam uma obstrução aos projetos da elite burguesa.

O caminho para tornar os anseios patronais, viáveis; apontam para a obstrução de quaisquer processos que possibilitam, confrontos onde se mostram viáveis o jogo de forças entre classes, tendo em vista que com esses processos e suas regras democráticas livres, seria mais difícil a manutenção e a defesa de uma ordem racionalizada e científica. (Silva, 1992)

Referências

- LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945). Petrópolis: Vozes. 1978.
- MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. Editora Ciências Humanas - SP. 2ªed. 1981.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no

Brasil. Editora da Universidade de São Paulo. 1978.

RAGO, Margareth. Do Cabaré Ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra História. 2ª edição. 1985.

SILVA, Zélia Lopes da. A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30. Marco Zero - SP. 1992.

SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. Vida Rural e Mudança Social. Companhia Editora Nacional. SP. 3ª edição. 1972.